

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA  
FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
MUNICIPAIS DE SOROCABA – Nº 19/2021, DE 19/10/2021 – PREVIDÊNCIA –**

Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, com início às dez horas da manhã, realizou-se a reunião ordinária do Comitê de Investimentos da FUNSERV, por videoconferência pelo aplicativo *GoogleMeet*, considerando o Decreto nº 25.663, de 21 de março de 2020 e prorrogações, onde é recomendado o distanciamento social, como medida necessária ao enfrentamento da pandemia do COVID-19 (Novo Coronavírus), no Município de Sorocaba. **SEÇÃO – I – FASE DE EXPEDIENTE** (Art. 8º da Resolução FUNSERV 06/2020): A) Verificação do quórum: o Sr. Edgar Aparecido Ferreira da Silva, Gestor dos Recursos do RPPS, verificou que havia quórum para início da reunião, estando presentes também os seguintes membros titulares: Silvana Maria Siniscalco Duarte Chinelatto, José Antonio de Oliveira Júnior, Ana Paula Fávero Sakano, Maria Winnifred Lee Ay Sie e Gêmeina Maria Pires. Participou também, como convidada, a Sra. Marise de Souza Simão, que exerce a função de Controlador Interno da FUNSERV. A Sra. Maria do Socorro Souza Lima, membros titular, justificou ausência na reunião. Verificado o quórum, após saudação inicial, realizou a abertura dos trabalhos. **SEÇÃO – II: APRECIAÇÃO E DISCUSSÃO DOS ASSUNTOS TRATADOS** (Art. 8º da Resolução Funserv nº 06/2020). **ITEM 1 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS APLICAÇÕES NO MÊS DE SETEMBRO/2021:** Inicialmente, o Sr. Edgar apresentou o contexto econômico do mês de Setembro e que impactaram, significativamente, a rentabilidade da carteira. O Ibovespa, principal índice da bolsa de valores brasileira, caiu 6,57%. Este resultado foi reflexo de fatores internos e externos. Como exemplo, citou a queda de -3,78% em 08/09, decorrente das manifestações em 07/09; houve outra sequência de quedas em 16/09 (-1,10%), 17/09 (-2,07%) e 20/09 (-2,33%), estando os dois primeiros relacionados às quedas nas cotações de commodities de minério, risco fiscal e aprovação do aumento da alíquota de IOF e, este último, à divulgação do risco de calote da segunda incorporadora chinesa, a Evergrande e, ainda, citou a queda de -3,05% em 28/09, decorrente de um cenário global turbulento somado ao cenário político fiscal brasileiro. Após apresentar este contexto, o Sr. Edgar apresentou o resultado da rentabilidade total da carteira em Setembro/2021, esclarecendo que houve retorno negativo de -R\$29.818.134,56 correspondente à -1,51%, portanto, abaixo da meta de rentabilidade para o mês, que foi de 1,61%. No ano, a rentabilidade acumulada até o mês de setembro foi de -0,71%, sendo a meta atuarial de 11,24%. Na renda fixa, houve retorno positivo de R\$6.416.720,28 correspondente a rentabilidade de 0,52%. Em seguida, o Sr. Edgar informou que, na renda variável, houve retorno negativo de -R\$36.833.688,55 o que corresponde à rentabilidade negativa de -6,00%. Neste ponto, destacou a forte queda da bolsa de valores brasileira em Setembro, de -6,57%, conforme explanado no início da reunião. Dos fundos que integram a carteira de renda variável, destacou que, embora com rentabilidade negativa, alguns fundos tiveram queda menor que o Ibovespa, tais como os fundos multimercado atrelados ao S&P500 e os fundos quantitativos, demonstrando, assim, assertividade na diversificação da carteira. Ressaltou que, embora o resultado tenha sido negativo, a queda foi menor que o Ibovespa. Em seguida, informou que, no segmento de investimento no exterior, houve retorno positivo de R\$598.833,71 o que representou rendimento de 0,47% neste segmento. Entendeu oportuno destacar que, mesmo com o cenário negativo, inclusive

no exterior, quatro dos sete fundos da carteira de investimento no exterior encerraram o mês com rentabilidade positiva, o que reforça os benefícios da diversificação e assertividade na seleção dos fundos. Considerou ainda, pertinente, apresentar os resultados referente ao 3º trimestre de 2021. Na renda fixa, houve retorno negativo de - R\$1.287.812,72, o que representou -0,08%, na renda variável, houve retorno negativo de -R\$59.347.385,79, o que representou -9,32% e, nos fundos de investimento no exterior, houve retorno positivo de R\$8.126.520,33, o que representou 6,71%. Dessa forma, reforçou que as aplicações em fundos de investimento no exterior colaboraram para reduzir o impacto negativo dos fundos de renda variável na carteira, demonstrando os benefícios da diversificação e assertividade da estratégia no curto prazo.

**ITEM 2 – ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO:** Em seguida, passou a análise do cenário econômico do mês. No mercado interno, a respeito da pandemia, no mês de setembro, a tendência de queda no número de casos e mortes de COVID 19 se manteve. O mês registrou o menor número de mortes por COVID 19 em 2021, com a média móvel se mantendo próxima de 500. O processo de vacinação continuou em ritmo intenso, com 71% da população tendo recebido ao menos uma dose do imunizante e mais de 40% com esquema vacinal completo. A Selic está em 6,25% a.a. e a próxima reunião do COPOM está prevista para 26 e 27 de Outubro, com a previsão do mercado de aumento de 1% a.a. na taxa, alcançando 7,25% a.a. na próxima reunião. O IPCA avançou 1,16% (M/M) em setembro. Com esse resultado, acumula alta de 10,25% nos últimos 12 meses e 6,90% em 2021, dado relevante, visto que refere-se a parte pós fixada da meta de rentabilidade (meta atuarial). Em âmbito global, no mês de setembro, o número de casos de Covid 19 no mundo mostrou uma desaceleração importante, com continuidade do avanço da vacinação e maior controle da pandemia em regiões que foram impactadas pela variante Delta da COVID 19. Problemas em cadeias produtivas seguiram presentes, agravados por preocupações com a oferta de energia em diversos países. Esses fatores pressionaram ainda mais os preços de bens e reforçaram as preocupações com a inflação em âmbito global, intensificando a discussão sobre a redução de estímulos monetários em economias emergentes e avançadas. Diante deste cenário, portanto, é importante continuar acompanhando o avanço da vacinação e a evolução da pandemia, em nível nacional e global, bem como a recuperação econômica e o crescimento, tanto brasileiro, como nos países emergentes e desenvolvidos.

**ITEM 3 - ELABORAÇÃO DO PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS:** o Sr. Edgar destacou pontos importantes que constam na minuta do parecer do Comitê de Investimentos, tais como: atividade econômica no Brasil e no mercado global, trazendo o contexto que influenciou, como citado anteriormente, a rentabilidade da carteira em Setembro/2021. Informou que as aplicações e resgates ocorreram em conformidade com as propostas do Comitê de Investimentos, em reunião realizada em 19/08/2021, aprovada pelo Conselho Administrativo, em 26/08/2021 e, também, as operações para o decorrer de 2021 (fluxo de caixa), definidas nas reuniões de 18/01 e 25/01/2021. A respeito do enquadramento, verificou-se que está de acordo com os limites legais e com a Política de Investimentos, aprovada para 2021. A Sra. Ana Paula solicitou esclarecimento acerca do cálculo do “gap”, ou seja, o quanto a rentabilidade da carteira representa da meta atuarial. Assim, sugeriu que a distância entre o resultado obtido e a meta de rentabilidade conste no parecer de forma mais clara. Os demais membros concordaram com a exposição. Dessa forma, o Sr. Edgar informou que constará no parecer a distância entre a rentabilidade acumulada da carteira (-0,71%) e a meta de rentabilidade (11,24%) que, neste caso, será de 11,95%, ou seja, para alcançar a meta atuarial estabelecida, é necessário recuperar a

rentabilidade negativa (-0,71%) e ainda rentabilizar o percentual acumulado da meta (11,24%). A Sra. Silvana comentou sobre a palestra “Fragilidade Financeira nos RPPS” apresentada pelo Sr. Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, auditor substituto do TCESP, realizado em 18/10/2021. Destacou que, nesta apresentação, tratou-se da importância da capacitação dos gestores do RPPS, especialmente, acerca das questões atuariais. Ressaltou que a meta de rentabilidade estabelecida deve ser compatível com a realidade dos institutos de previdência e o custeio dos planos de benefícios deve ser coerente e praticável, ressaltando a importância do conhecimento dos gestores dos institutos acerca da avaliação atuarial. Acerca dos resultados, comentou sobre os desafios para atingimento da meta atuarial e que esta realidade tem sido enfrentada por muitos institutos. Ressaltou, no entanto, que o importante é a atuação proativa e constante da gestão da FUNSERV, que não há inércia, mas uma busca constante pelas melhores alternativas. O Sr. José Antonio comentou que os institutos que tem tido melhores performances, possuem estratégias de alocação de recursos em títulos públicos com a marcação na curva já há vários anos. A Sra. Silvana comentou sobre o resultado do IEG-PREV, no qual constou que, em 2020, 96% dos municípios paulistas não atingiram a meta atuarial, portanto, é uma realidade enfrentada pela maioria dos municípios. O Sr. José Antonio informou que não entende justo a análise da meta de rentabilidade de um ano, isoladamente, mas que os resultados positivos e que superaram as metas em anos anteriores devem ser considerados, ou seja, deve-se olhar o resultado da carteira frente a meta no longo prazo. A Sra. Silvana destacou a importância de que as metas de rentabilidade sejam compatíveis com a realidade dos institutos de previdência e do mercado financeiro como um todo. A Sra. Marise comentou que a consultoria atuarial enviou a taxa de juros meta, de acordo com a portaria da SPREV, para 2022, que será de 4,95%, menor que a meta atual (5,48%). O Sr. Edgar esclareceu que o TCESP, na fiscalização do período de 2020, apontou o não atingimento da meta no período e que, um dos argumentos, acerca deste assunto, é o comparativo da rentabilidade com a meta atuarial nos últimos cinco anos (2016 a 2020), no qual se observa uma rentabilidade maior do que a meta atuarial. A Sra. Maria Winnifred ressaltou que, embora o resultado negativo, a Funserv, por meio do Gestor de Recursos do RPPS, Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos tem buscado alternativas para melhorar a performance da carteira de investimentos. **ITEM 4 – DESTINAÇÃO DOS NOVOS RECURSOS:** Em seguida, o Sr. Edgar esclareceu aos membros do Comitê que, considerando que os fundos classificados como investimentos no exterior têm contribuído com a diversificação da carteira, conforme bem se observa no resultado de Setembro/2021 e 3º trimestre de 2021, entende pertinente ampliar o volume de recursos neste segmento. Em função da alta volatilidade do mercado, tanto em âmbito interno como no exterior, bem como da cotação do dólar, o que impacta diretamente os fundos alocados neste segmento, entende que a ampliação de recursos neste segmento deve ser realizada de forma gradual. Assim, entende pertinente que os recursos novos, disponíveis para aplicação, sejam aplicados em fundos de investimento no exterior. Após explanação, apresentou a proposta de alocação, a saber: 1) A respeito dos recursos novos, que devem ingressar no mês de Novembro/2021, referente ao saldo remanescente das contribuições previdenciárias do Fundo Previdenciário, em torno de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), propõe-se aplicação da seguinte forma: a) R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) no fundo Santander Global Equities Dólar Master Investimento no Exterior FI Multimercado – CNPJ: 17.804.792/0001-50, e; b) R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) no fundo BB Global Select Equity Investimento no Exterior FI Multimercado –

CNPJ: 17.413.636/0001-68, e; 2) Quanto aos recursos da compensação previdenciária (COMPREV), em torno de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), propõe-se que sejam aplicados no fundo Santander Global Equities Dólar Master Investimento no Exterior FI Multimercado – CNPJ: 17.804.792/0001-50. Em seguida, abriu a palavra aos membros, para demais esclarecimentos. Não havendo manifestação, a proposta foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. ITEM 5 – ASSUNTOS GERAIS: Após verificar que as pautas da reunião foram tratadas pelo Comitê, abriu a palavra aos demais membros. O Sr. Edgar esclareceu que houve a contratação da empresa para realização do Estudo de ALM, o qual deve ser concluído na primeira quinzena de novembro e o serviço de custódia está em fase de conclusão da contratação. Por fim, agradeceu a todos os membros pela confiança e pelas participações nas reuniões, especialmente, diante do cenário desafiados que se impõe, as opiniões e contribuições de todos os membros tem muito colaborado para o desenvolvimento dos trabalhos na área de investimentos. Após, abriu a palavra aos demais membros para assuntos gerais, não havendo manifestação. Tendo concluído os assuntos relacionados aos recursos previdenciários, passou a análise dos recursos da assistência à saúde, conforme ata separada (Res. 06/2020 – Art. 10, §3º). Informou aos membros que a ata desta reunião, bem como o parecer seguirão, via e-mail, para confirmação de seu conteúdo, conforme previsto no regimento interno (Res. 06/2020 – Art. 10, VIII). Nada mais havendo a ser tratado, eu, Edgar Aparecido Ferreira da Silva, encerrei a reunião, referente aos recursos previdenciários, às dez horas em quarenta minutos, lavrei a presente ata que segue ao conhecimento e aprovação dos presentes.-----

**Edgar Aparecido Ferreira da Silva**  
Gestor dos Recursos do RPPS